



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Fiscal Internacional I e II

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho:

Créditos ECTS:

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paula Rosado Pereira – 2 horas semanais - anual

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A presente unidade curricular pretende apoiar os alunos no desenvolvimento de conhecimentos aprofundados sobre os grandes temas do Direito Fiscal Internacional. Procura alcançar-se tal objetivo através do estudo das bases teóricas do Direito Fiscal Internacional, a nível de conceitos, princípios e instrumentos internacionais; mediante o fomento de uma capacidade crítica, teoricamente sustentada, em relação às soluções consagradas a nível interno e internacional; e estimulando a análise e discussão sobre os temas mais atuais e controversos da fiscalidade internacional, tais como os desafios colocados pela erosão da base tributária ou pela tributação da economia digital.

6. Conteúdos programáticos:

I. DFI – Objeto e conceito essenciais

- 1. Objeto*
- 2. Fontes*
- 3. Conceitos essenciais do DFI*
- 4. DTJI e DTEI*

II. Princípios fundamentais do DFI

- 1. Primórdios do DFI*
- 2. Grandes princípios norteadores*

III. Residência, fonte e estabelecimento estável

- 1. Conceitos*
- 2. Questões de equidade e de eficácia*



3. *Problemas específicos de aplicação*
4. *Estabelecimento estável – O conceito e as suas limitações no contexto atual*

IV. Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDTs)

1. *Surgimento e evolução das CDTs*
2. *Funcionamento e efeito prático das CDTs*
3. *Efeito negativo das CDTs*
4. *Articulação das CDTs com o direito interno – Coexistência, hierarquia e interação*
5. *Articulação das CDTs com o direito europeu*

V. Interpretação das CDT

1. *Regras gerais de interpretação*
2. *Interpretação estática vs. atualista*
3. *Valor das Reservas, dos Comentários e Observações*
4. *Comentários ao MC OCDE – Análise aprofundada*
5. *A questão das qualificações*

VI. Modelo de Convenção da OCDE

1. *Estrutura e características essenciais*
2. *Âmbitos objetivo e subjetivo de aplicação*
3. *Resolução de conflitos positivos de residência*
4. *Repartição do poder de tributar entre os Estados*
5. *Regras para os vários tipos de rendimento*
6. *Métodos de eliminação da DTJI – Modalidades e ponderação crítica*
7. *Eliminação da DTEI - Limitações*
8. *Princípio da não discriminação*
9. *Particularidades do MC OCDE de 2017 e o Projeto BEPS*

VII. Modelo de Convenção da ONU e outros Modelos

1. *Características essenciais*
2. *Principais diferenças face ao MC OCDE*

VIII. Abuso das CDTs e cláusulas antiabuso

1. *Formas de abuso das CDTs*
2. *O treaty shopping em particular*
3. *Cláusulas de tributação efetiva nas CDTs*
4. *Cláusulas de beneficiário efetivo*
5. *Cláusulas LOB*



6. *Cláusulas PPT*

IX. Convenção Multilateral

1. *Prevenção da erosão da base tributária e da transferência de lucros no âmbito das CDTs*
2. *Convenção Multilateral – Origem, objetivos e funcionamento*

X. Atual contexto internacional e desafios ao DFI

1. *Planeamento fiscal internacional e elisão fiscal internacional*
2. *Liberdade de gestão vs. abuso fiscal – Problemas ao nível dos conceitos e das fronteiras entre eles*
3. *Concorrência fiscal prejudicial – O papel dos Estados*
4. *Economia digital – Principais características e análise dos desafios em matéria tributária*
5. *Novas formas de cooperação fiscal*

XI. Novo Direito Fiscal Internacional

1. *O papel da OCDE, do G20 e da União Europeia*
2. *O projeto BEPS – Origem, linhas gerais e principais ações*
3. *Tributação da economia digital – Evolução das perspetivas e das propostas a nível internacional*
4. *Cláusulas antiabuso nacionais, de Direito Europeu e das CDTs – Problemas de conjugação*
5. *Evolução do conceito de estabelecimento estável e perspetivas na era pós-BEPS*
6. *Preços de transferência – Cerne do tema, linhas gerais e alternativas*
7. *Híbridos assimétricos – Definição e regimes*
8. *Tributação das empresas e dos grupos empresariais multinacionais – Evolução das perspetivas e das propostas a nível internacional*
9. *BEPS 2.0 – Pilar 1 – Atribuição de novos direitos de tributação*
10. *BEPS 2.0 – Pilar 2 – Nível mínimo de tributação efetiva*
11. *Troca de informações no plano internacional – Evolução e traços essenciais do regime*
12. *Bilateralismo vs. multilateralismo no DFI (Soberania estadual vs. coordenação fiscal internacional)*

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos concretizam os objetivos de aprendizagem da unidade curricular, densificando-os.

8. Metodologias de ensino:

Exposição de conteúdos programáticos pela docente.

Proposta de leituras para posterior comentário e debate com os alunos.

Proposta de temas centrais de Direito Fiscal Internacional para análise, reflexão e debate crítico, envolvendo a docente e todos os alunos, em aprofundamento dos conteúdos programáticos.

Preparação e exposição individual, pelos alunos, de um tema do programa, distribuído no início do período letivo, seguido de debate com a docente e com os colegas.

Preparação e exposição individual, pelos alunos, do tema escolhido para o relatório fiscal, envolvendo debate sobre o



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

mesmo.

Acompanhamento na preparação dos relatórios finais.

9. Avaliação:

A avaliação é feita de acordo com o Regulamento de Avaliação dos Ciclos de Mestrado e Doutoramento.

Participação, apresentações e assiduidade nas aulas. Avaliação dos relatórios finais.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A exposição dos conteúdos programáticos pela docente visa a obtenção e/ou aprofundamento pelos alunos das bases teóricas fundamentais para o trabalho a realizar na UC.

A análise, a reflexão e o debate crítico sobre temas centrais dos conteúdos programáticos, envolvendo a participação dos alunos, visam o aprofundamento dos conhecimentos e da capacidade crítica relativamente aos temas da UC.

A preparação e exposição de temas pelos mestrandos contribuem para desenvolver as suas capacidades de investigação e de reflexão sobre os assuntos, bem como para testar as suas aptidões para a preparação dos relatórios finais.

11. Bibliografia principal:

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coord,s), Fiscalidade Internacional – Questões Atuais, Almedina, Coimbra, 2023

ANA PAULA DOURADO – Governação Fiscal Global, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2018

PAULA ROSADO PEREIRA - Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2022

- Princípios do Direito Fiscal Internacional – Do Paradigma Clássico ao Direito Fiscal Europeu, Almedina, Coimbra, 2010 (reimpresso em 2020)

- «Estabelecimento estável – Origens, evolução do conceito e perspetivas na era digital», in João Ricardo Catarino / Paula Rosado Pereira (Coord.) – Fiscalidade Internacional – Questões Atuais, Almedina, Coimbra, 2023, pp. 245-285

ALBERTO XAVIER – Direito Tributário Internacional, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2007 (reimpresso em 2020)

GUSTAVO LOPES COURINHA – A Residência no Direito Internacional Fiscal – Do Abuso Subjetivo de Convenções, Almedina, Coimbra, 2015

– Estudos de Direito Internacional Fiscal, AAFDL, Lisboa, 2015

MANUEL PIRES – Da Dupla Tributação Jurídica Internacional Sobre o Rendimento, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1984

OCDE, Modelo de Convenção da OCDE (versão de 2017 com Comentários)

12. Observações:

Ao longo das aulas será indicada mais bibliografia, designadamente internacional, e serão sugeridos outros elementos de estudo (v.g. recursos disponíveis na Internet).